

**Tabela 13** - Legislações dos municípios da região Centro-Norte do litoral de Santa Catarina com reflexo na atividade aquícola. As informações referem-se aos atos normativos e suas ementas, classificadas em categorias e com descrição do respectivo assunto normatizado.

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Balneário Camboriú	Espécie Proibida	Decreto nº 2.976, de 29 de maio de 1998.	Regulamenta a Lei nº 1.674, de 27 de junho de 1997, que estabelece proibições à pesca e ao lazer na orla marítima.	Proíbe a retirada de semente de marisco em todos os costões das praias, em qualquer época do ano.
		Lei nº 1.674, de 27 de junho de 1997. (Regulamentada pelos Decretos nº 2887/1997 e nº2976/1998)	Estabelece proibições à pesca e ao lazer na orla marítima.	Proíbe a retirada de semente de marisco em todos os costões das praias, em qualquer época do ano.
	Ordenamento	Decreto nº 2.887, de 21 de julho de 1997.	Regulamenta a Lei nº 1.674, de 27 de junho de 1997, que estabelece proibições à pesca e ao lazer na orla marítima.	Proíbe a retirada de semente de marisco em todos os costões das praias, em qualquer época do ano.
		Lei nº 1.674, de 27 de junho de 1997. (Regulamentada pelos Decretos nº 2887/1997 e nº2976/1998)	Estabelece proibições à pesca e ao lazer na orla marítima.	Proíbe a retirada de semente de marisco em todos os costões das praias, em qualquer época do ano.
Itajaí	Sanidade	Lei nº 4.847, de 29 de junho de 2007.	Cria o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) que dispõe sobre elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal.	São considerados passíveis de inspeção, beneficiamento e elaboração as seguintes matérias primas, seus derivados e subprodutos: peixes, crustáceos e moluscos.
Penha	Gestão	Decreto nº 153, de 29 de março de 2009.	Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e Aquícola do Município de Penha.	Fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e Aquícola de Penha, de caráter deliberativo, com finalidade, composição e competência definidas pelo Convênio nº 169/91, que tem por objetivo a municipalização de atividades da área da Agricultura, Pesca e Aquicultura, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Penha, através da Lei Municipal nº 1.166/91.